

SENHORAS DE SEUS MARIDOS: CASAMENTOS DE ESTATUTO SOCIAL MISTO EM MARIANA (SÉCULO XVIII)¹

Palavras-Chave: Diáspora africana, Casamento misto, Minas Setecentistas

Autores:

NATÃ FREITAS - UNICAMP

Prof. Dr. ALDAIR CARLOS RODRIGUES (orientador) - UNICAMP

INTRODUÇÃO E METODOLOGIA

Esta pesquisa de iniciação científica estuda as intersecções entre gênero, relações afetivas e dinâmicas sociais permeadas pela escravidão sob o prisma dos matrimônios que os contraentes gozavam de estatutos jurídicos distintos. Com enfoque nas uniões entre pessoas africanas que viveram na região do termo de Mariana durante a primeira metade do século XVIII, investigamos os significados destas uniões no maior município escravista da capitania mineira, cuja população era formada por maioria africana, oriunda sobretudo da região do Golfo do Benim e seu interior. Para tanto, partimos de dados qualitativos coletados nas digitalizações de alforrias que se encontram preservadas no Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana (AHCSM). Estes documentos permitem identificar, por meio das declarações dos proprietários e proprietárias, se eram casados ou se havia a intenção de casamento futuro com o escravizado que estavam alforriando. Apesar da tendência árida dos documentos notariais, eles permitem a elaboração de uma série de perguntas e viabilizam o rastreamento de trajetórias em outros documentos por meio do suporte de ferramentas digitais de bancos de dados – tais como os testamentos, que dispõem de informações de cunho mais qualitativo. Ademais a rastrear vivências, esperamos também associá-las a um universo relacional de ordem mais ampla.²

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Buscando compreender o fluxo do tráfico e a origem da população africana que viveu em Mariana na primeira metade do século XVIII, estabelecemos um plano de leitura com base numa sólida bibliografia sobre o comércio transatlântico de pessoas escravizadas. De acordo com Robin Law, Ajudá foi o principal porto escravista da África Ocidental, responsável pela deportação de cerca de 51% do

¹ Esta pesquisa de iniciação científica tem apoio da Fundação de Ampara à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processo nº 2020/10255-0.

² REVEL, Jacques (org.). **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro, RJ: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

número total de escravizados transportados da região para as Américas entre 1670 e 1860.³ Entre 1700 e 1730, os gbe-falantes correspondiam a algo em torno de 80 a 90%⁴ das quase 500 mil pessoas deportadas do Golfo do Benim, boa parte delas embarcadas no porto de Ajudá. De todos os africanos escravizados que chegaram ao Brasil provenientes do Golfo do Benim ao longo do século XVIII, mais de 80% desembarcaram no porto de Salvador.⁵ Segundo as estimativas de Alexandre Ribeiro, entre 1728 e 1748, 40% dos africanos desembarcados em Salvador eram redirecionados para Minas.⁶ Ou seja, este era um importante meio de fornecimento de trabalhadores escravizados para a área de mineração. Mariana, maior município escravista da capitania mineira, no ano de 1723 contava com quase 51% da população escravizada oriunda de grupos étnicos da África Ocidental.⁷ No quadro composto pelos casamentos em apreço, a esmagadora maioria dos africanos que tiveram suas origens declaradas eram provenientes da Costa da Mina.

Entendendo melhor as conexões entre a região mineradora e o Golfo do Benim, o próximo passo foi dar ênfase à leitura de estudos que se dedicaram em compreender a atuação das mulheres e a prática do casamento na África, sobretudo na porção ocidental do continente, pois, como vimos, era a origem geográfica da maioria das pessoas cujas vivências estamos estudando. Além da importância da fertilidade feminina, as mulheres também contribuíam para a manutenção das sociedades africanas com trabalhos desenvolvidos em várias esferas e pela participação efetiva nas dinâmicas econômicas e sociais da escravidão – escravizando e sendo escravizadas. No caso das últimas, diversos eram os caminhos disponíveis para se alcançar a liberdade, inclusive, o casamento com um homem livre, em razão do caráter assimilativo das uniões envolvendo pessoas de estatutos distintos. Além disso, as linhagens estavam empenhadas em expandir o número de seus membros/dependentes, uma vez que o tamanho de determinado grupo era um importante sinal de riqueza, e o casamento desempenhava um papel determinante na realização deste intento. Os homens podiam se casar com mais de uma mulher e o número de esposas era equivalente ao seu poder aquisitivo, ou seja, variava de acordo com a posição do sujeito na escala hierárquica.⁸

³ LAW, Robin. **Ouidah: The social history of a West African slaving “port”, 1727-1892**. Athens: Ohio University Press, 2004. Pp. 1-2.

⁴ MANNING, Patrick. *Slavery, Colonialism and Economic Growth in Dahomey, 1640-1960*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982. Pp. 335-39. Apud. SILVA JÚNIOR, Carlos da. “Ardras, minas e jejes, ou escravos de ‘primeira reputação’: políticas africanas, tráfico negreiro e identidade étnica na Bahia do século XVIII”, **Almanack**, n. 12 (206), pp. 6-33. P. 19.

⁵ Ibidem. P. 23

⁶ RIBEIRO, Alexandre Vieira. **A cidade de Salvador: estrutura econômica, comércio de escravos, grupo mercantil (c.1750-c.1800)**, Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009. P. 51.

⁷ MAIA, Moacir R. C. **De reino traficante a povo traficado: a diáspora dos courás do Golfo do Benim para as minas de ouro da América Portuguesa**. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2013. P. 104.

⁸ Esta síntese foi desenvolvida com base em: BAY, Edna. **Wives of the Leopard: Gender, Politics, and Culture in the Kingdom of Dahomey**. Charlottesville: University of Virginia Press, 1998. LOVEJOY, Paul. E. **Transformations in Slavery. A history of Slavery in Africa**. Cambridge: University Press, 2000. THORNTON, John. **A África e os africanos na formação do mundo Atlântico, 1440-1800**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

Com este panorama, não pretendemos estabelecer uma projeção linear entre o antigo e o novo contexto, mas sim demonstrar a complexidade dos enlaces na região de proveniência da maior parcela dos africanos que viveram em Mariana durante a primeira metade do século XVIII, e manter no horizonte de análise a bagagem cultural africana ao interpelar as uniões entre os africanos na diáspora. Devido às restrições impostas pela pandemia, a pesquisa se concentrou na análise de registros digitalizados do Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana, sobretudo alforrias, escrituras de venda e testamentos, e na busca na base de dados através de palavras-chave,⁹ o que resultou em novos casos, de modo que agregamos à análise casos em que os homens eram senhores de suas esposas. Para contornar essa situação adversa, também buscamos rastrear trabalhos que se dedicaram ao estudo dos africanos que viveram em Mariana ao longo do século XVIII, com o objetivo de localizar eventuais referências a pessoas envolvidas nos casamentos que estamos estudando e o documento correspondente. Por meio dessa estratégia, pudemos, por exemplo, localizar o testamento de João Pereira da Cunha, que analisaremos adiante.¹⁰

Ao analisar detidamente alguns casos em diálogo com o conjunto de problemas teóricos abarcados pela pesquisa observamos uma multiplicidade de possíveis significados dos casamentos de estatuto misto. Os mais de vinte anos que o africano João Pereira da Cunha levou para registrar a alforria de sua esposa em cartório pode ser indicativo de uma tentativa de o senhor manter o controle e dominação sobre a liberta.¹¹ Contudo, ao cruzar as informações do documento em apreço com o testamento de João Pereira da Cunha, notamos também que João parecia não confiar na capacidade de sua esposa em administrar suas rendas, desconfiança que podia se estender para outras esferas da vida.¹² Se a compra pelo cônjuge poderia significar em alguns casos a permanência dos vínculos de dependência, noutros pode ser que significasse um passo em direção à liberdade. Cerca de dezoito anos depois de ter sido comprado pela sua então esposa, a africana Antônia Francisca de Azevedo, José, “de nação mina”, registrou em nota o papel de venda “de sua pessoa”. Chama-nos a atenção que, mesmo depois de tantos anos de efetivada a compra, a posse de um documento pessoal referente a um bem da senhora se encontrava nas mãos do próprio escravo alvo da transação, o que talvez indique que ter um documento comprovando o vínculo com a esposa dispusesse de sentidos de liberdade para a parte escravizada – daí a importância de seu registro.

⁹ Base de dados sobre a população africana de Mariana (BDPAM). Para maiores informações, ver: RODRIGUES, Aldair. Humanidades digitais e diáspora africana: questões éticas e metodológicas na elaboração de uma base de dados sobre a população escravizada de Mariana (século XVIII) *Estudos Históricos* Rio de Janeiro, vol 33, nº 69, p. 64-87, Janeiro-Abril 2020.

¹⁰ Encontramos a referência do testamento de João Pereira da Cunha em: DIÓRIO, Renata R. *As marcas da liberdade: trajetórias sociais dos libertos em Mariana na segunda metade do século XVIII*. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

¹¹ MONTI, Carlo G. *“Por amor a Deus”*: o processo de alforria de escravos em Mariana (1750-1779). São Paulo: Pimenta Cultural, 2020.

¹² AHCSM, Livro de Notas nº 87 (1767-1770); AHCSM, Testamento, Livro 51.

Além de corresponderem à maior parcela dos alforriados,¹³ também foram as mulheres que mais alforriaram seus maridos ou futuros maridos no conjunto dos casos identificados até o momento. A preta forra Helena de Sá foi uma delas. Em 30 de julho de 1748, ela compareceu ao cartório do tabelião Manoel Teixeira requerendo o assento em notas da alforria de Leandro, de nação mina, seu escravo e marido, com quem “há bastante se achava casada”, por ter quitado as 324 oitavas de ouro que haviam sido ajustadas junto ao antigo proprietário de seu marido, valor que deveria ser satisfeito dentro de três anos.¹⁴ O período em que a união esteve atravessada pela escravidão certamente permitiu a elaboração de vínculos que se estenderiam após a libertação do marido. Além de ser “um dos desdobramentos da manumissão a criação de laços de dependência”,¹⁵ após ter sido comprado, Leandro passou a ser propriedade de sua esposa, que detinha direitos sobre seu trabalho e sua pessoa. Nesse sentido, apesar de outras contingências que poderiam afetar a vida das africanas libertas, podemos supor que, ao menos dentro do matrimônio, como senhoras de seus maridos, a assimetria de poder estivesse invertida a favor do lado feminino – distantes das expectativas cristãs que apregoavam a submissão das mulheres diante de seus maridos.

Outra preta forra que alforriou seu marido foi Valéria de Seixas. No documento, escrito em 17 de março de 1721, a proprietária declarou que havia comprado Manoel, “por sua liberdade e alforria”.¹⁶ Justificada nestes termos, a compra parece ter sido uma etapa intermediária entre o cativo e a liberdade. Ao longo do século XVIII, existiu uma expressiva população liberta na capitania de Minas Gerais.¹⁷ As alforrias eram decididas no âmbito privado e a concessão – ou não – da liberdade estava sujeita à aquiescência dos proprietários.¹⁸ Desse modo, nem sempre acumular pecúlio suficiente para quitar seu valor garantiria a libertação do escravo. Caso garantisse, não impedia eventuais ressalvas no documento que restringissem a efetiva liberdade do alforriado, as quais, caso não fossem cumpridas, poderiam torná-lo escravo novamente. Diante desse cenário, em vez de negociar a liberdade de Manoel junto ao seu senhor, Valéria teria optado por efetivar a compra de seu marido, evitando eventuais condições sobre a liberdade dele. Trazendo para si a decisão sobre os termos da libertação de seu marido, Valéria formulou uma alforria gratuita e incondicional, afirmando que, daquele dia em diante, ninguém mais poderia obrigar Manoel “a sujeição alguma nem menos a satisfação do ouro que por ele pagou por sua liberdade”.¹⁹ Em suma, estamos sugerindo que os africanos estavam cientes das

¹³ Em Mariana, as mulheres representavam quase 80% dos adultos alforriados entre 1735 e 1740. GONÇALVES, Andréa Lisly. **As margens da liberdade**: estudo sobre a prática de alforrias em Minas colonial e provincial. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.

¹⁴ AHCSM, Livro de Notas nº 68 (1748-1749).

¹⁵ GONÇALVES, Andréa Lisly. “O acesso dos forros e escravos à justiça no Império Português”. **Afro-Ásia**, n. 64, 2021, p. 606-617. P. 610.

¹⁶ AHCSM, Livro de Notas nº14 (1720-1721).

¹⁷ Na segunda metade do século XVIII abrigava a maior população liberta da capitania mineira. PAIVA, E. F. “Coartações e alforrias nas Minas Gerais do século XVIII: as possibilidades de libertação escrava no principal centro colonial”. In: **Revista de História**, (USP), São Paulo, n. 133, pp. 49-57, 1995.

¹⁸ CUNHA, Manuela Carneiro da. “Sobre os silêncios da lei. Lei costumeira e positiva nas alforrias de escravos no Brasil do século XIX”. In: _____. **Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade**. São Paulo: Brasiliense/Edusp, 1986. Pp. 123-44.

¹⁹ AHCSM, 1º Ofício, Livro de Notas nº14 (1720-1721).

eventuais restrições que poderiam ser impostas pelos ex-proprietários e que a compra seria um estágio entre o cativo e a liberdade do cônjuge escravizado.

CONCLUSÃO

Os casamentos de estatutos mistos analisados revelam o impacto destas uniões na definição das fronteiras, nem sempre estáticas, entre a liberdade e o cativo. Com interesses e expectativas plurais, a compra do cônjuge poderia representar para a parte escravizada tanto uma maior autonomia quanto uma nova relação de dominação, que eram atravessadas por dinâmicas de gênero. Além disso, estabelecendo relações entre os casos estudados com a prática da alforria durante o século XVIII, pudemos observar que a compra também pode ter sido uma etapa intermediária entre o cativo e a liberdade. Mariana era uma sociedade enredada na escravidão e dentro dela os africanos decerto avaliaram e exploraram o ambiente para elaborar estratégias complexas em busca de uma liberdade plena.

BIBLIOGRAFIA

- BAY, Edna. **Wives of the Leopard: Gender, Politics, and Culture in the Kingdom of Dahomey**. Charlottesville: University of Virginia Press, 1998.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. **Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade**. São Paulo: Brasiliense/Edusp, 1986.
- DIÓRIO, Renata Romualdo. **As marcas da liberdade: trajetórias sociais dos libertos em Mariana na segunda metade do século XVIII**. Dissertação (mestrado). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- GONÇALVES, Andréa Lisly. **As margens da liberdade: estudo sobre a prática de alforrias em Minas colonial e provincial**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.
- GONÇALVES, Andréa Lisly. "O acesso dos forros e escravos à justiça no Império Português". **Afro-Ásia**, n. 64, 2021, p. 606-617.
- LAW, Robin. **Ouidah: The social history of a West African slaving "port", 1727-1892**. Athens: Ohio University Press, 2004.
- LOVEJOY, Paul E. **Transformations in Slavery. A History of Slavery in Africa**. Cambridge University Press, 2000.
- MAIA, Moacir R. C. **De reino traficante a povo traficado: a diáspora dos courás do Golfo do Benim para as minas de ouro da América Portuguesa**. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2013.
- MANNING, Patrick. **Slavery, Colonialism and Economic Growth in Dahomey, 1640-1960**. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.
- MONTI, Carlo G. **"Por amor a Deus": o processo de alforria de escravos em Mariana (1750-1779)**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2020.
- PAIVA, E. F. "Coartações e alforrias nas Minas Gerais do século XVIII: as possibilidades de libertação escrava no principal centro colonial". In: **Revista de História**, (USP), São Paulo, n. 133, pp. 49-57, 1995.
- REVEL, Jacques (org.). **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro, RJ: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- RIBEIRO, Alexandre Vieira. **A cidade de Salvador: estrutura econômica, comércio de escravos, grupo mercantil (c.1750-c.1800)**, Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.
- RODRIGUES, Aldair. Humanidades digitais e diáspora africana: questões éticas e metodológicas na elaboração de uma base de dados sobre a população escravizada de Mariana (século XVIII) **Estudos Históricos** Rio de Janeiro, vol 33, nº 69, p. 64-87, Janeiro-Abril 2020.
- SILVA JÚNIOR, Carlos da. "Ardras, minas e jejes, ou escravos de 'primeira reputação': políticas africanas, tráfico negreiro e identidade étnica na Bahia do século XVIII", **Almanack**, n.12(206), p. 6-33.
- THORNTON, John. **A África e os africanos na formação do mundo Atlântico, 1440-1800**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.